

COMANDO
DA MADRUGADA
PENAL & PROCESSUAL PENAL

PMPB

EMMANOEL
THADEU



PROCESSO PENAL



1. Entre as providências previstas no art. 6.º do Código de Processo Penal, que a autoridade policial poderá realizar imediatamente após ser comunicada da ocorrência de infração penal, inclui-se

- A)** realizar busca pessoal e domiciliar com apreensão de objetos, se for o caso.
- B)** colher, em caso de prisão, informações sobre a existência de filhos menores do indiciado.
- C)** autorizar a interceptação de dados e das comunicações telefônicas do indiciado.
- D)** determinar a incomunicabilidade do indiciado por até cinco dias.
- E)** prender o indiciado temporária ou preventivamente, conforme a necessidade.

PROCESSO PENAL



2. Everton responde, preso preventivamente, a inquérito policial conduzido pela Polícia Civil, que investiga a prática do crime de tráfico de drogas, previsto no Art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06. Quanto ao prazo de duração, é correto dizer que o inquérito em questão

A) deve ser concluído em 90 dias, podendo este prazo ser duplicado pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial, ouvido o Ministério Público.

B) deve ser concluído em 10 dias, não podendo este prazo ser prorrogado.

PROCESSO PENAL

- C) deve ser concluído em 30 dias, podendo este prazo ser duplicado pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial, ouvido o Ministério Público.
- D) deve ser concluído em 90 dias, não podendo este prazo ser duplicado.
- E) deve ser concluído em 30 dias, não podendo este prazo ser duplicado

PROCESSO PENAL

3. Ao chegar a um "local de fato", ainda não sabendo que se trata de um local de crime, de acordo com o Art. 6º do CPP, a primeira providência da Autoridade Policial deve ser a de

A) apreender objetos que tiverem relação com o fato, evitando a perda de objetos potencialmente importantes.

B) ouvir o indiciado, a fim de decidir sobre a necessidade de sua detenção imediata.

C) prender o suspeito, a fim de evitar sua fuga.

D) preservar o local.

E) ouvir o ofendido, para que se defina a área a ser isolada.

PROCESSO PENAL

4. O inquérito policial é atividade investigatória realizada por órgãos oficiais, não podendo ficar a cargo do particular, ainda que a titularidade do exercício da ação penal pelo crime investigado seja atribuída ao ofendido.

Considerando-se as características do inquérito policial, é correto afirmar que o texto anterior discorre sobre

- A) o procedimento escrito do inquérito policial.
- B) a indisponibilidade do inquérito policial.
- C) a oficiosidade do inquérito policial.
- D) a oficialidade do inquérito policial.
- E) a dispensabilidade do inquérito policial.

PROCESSO PENAL

5. Em regra, é possível desarquivar o inquérito policial quando fundamentado na

A) atipicidade do fato.

B) falta de justa causa para a ação penal.

C) decadência do direito de representação do ofendido.

D) comprovação de coação moral irresistível.

E) menoridade do autor do fato.

PROCESSO PENAL



6. Sobre a prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 com alterações posteriores), assinale a alternativa correta.

A) A prisão temporária poderá ser representada pela autoridade policial, requerida pelo Ministério Público ou decretada de ofício pelo juiz.

B) Em caso de feminicídio, pode ser decretada a prisão temporária, pelo prazo máximo de 5 dias, prorrogável por igual período.

.

PROCESSO PENAL



- C)** Uma vez decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá consultar ao Juízo responsável pelo decreto sobre a manutenção da prisão ou colocação do preso em liberdade.
- D)** O mandado de prisão temporária indicará o dia em que o preso deverá ser libertado.
- E)** Os crimes previstos na Lei de Terrorismo não comportam a decretação de prisão temporária

PROCESSO PENAL

7. Acerca de prisão temporária, assinale a opção correta.

A) A autoridade policial, após o cumprimento da prisão temporária, deverá nomear defensor para o investigado, caso este não constitua advogado para assisti-lo.

B) É cabível a concessão de fiança, desde que o crime que ensejou a custódia tenha sido cometido sem violência ou grave ameaça.

PROCESSO PENAL

C) O investigado deverá ser mantido preso durante todo o prazo judicialmente estipulado para a custódia temporária, ao final do qual deverá ser posto imediatamente em liberdade.

D) A custódia temporária poderá persistir após a conclusão da investigação, até o recebimento da denúncia pelo competente juízo.

E) Somente poderá ser decretada prisão temporária se o crime que originou a investigação estiver elencado entre as infrações penais taxativamente previstas em lei.

PROCESSO PENAL

8. Acerca da prisão em flagrante delito, assinale a opção correta.

A) É incabível a lavratura de auto de prisão em razão da prática de crime culposos.

B) A ausência de testemunhas presenciais do crime impede a lavratura do auto de prisão.

PROCESSO PENAL

9. O rol do Art. 6º do Código de Processo Penal (diligências que poderão ser realizadas pela autoridade policial) não é taxativo, havendo outras diligências que poderão ser tomadas pela autoridade policial, independentemente de autorização judicial, como:

- A) reprodução simulada dos fatos;
- B) produção antecipada de prova;
- C) infiltração de agentes policiais;
- D) afastamento do sigilo financeiro;
- E) busca e apreensão.

1. Em relação ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria

- A) do resultado.
- B) da consumação.
- C) da atividade.
- D) da ubiquidade.
- E) da ação.



2. Sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos praticados em

- A) aeronaves privadas brasileiras que estejam pousadas em território estrangeiro.
- B) aeronaves privadas estrangeiras que estejam sobrevoando o território nacional.
- C) embarcações mercantes brasileiras que estejam ancoradas em porto estrangeiro.
- D) aeronaves privadas brasileiras que estejam sobrevoando território estrangeiro

3. São elementos do fato típico, exceto:

- A) conduta.
- B) resultado.
- C) tipicidade.
- D) nexu causal.
- E) antijuricidade.

4.O sonambulismo exclui o seguinte elemento do crime:

- A) Fato típico.
- B) Punibilidade.
- C) Culpabilidade.
- D) Antijuridicidade.



5. Rebeca trabalha há muitos anos como instrumentadora cirúrgica e tem bastante experiência na sua atuação. Sabe que, via de regra, os centros cirúrgicos exigem tipos especiais de calçados para acesso. Tendo em vista sua longa experiência com a atividade de instrumentação, Rebeca passa a utilizar sapatos de salto alto, por ser muito vaidosa, e por ter certeza de que este fato não irá comprometer sua atividade. Rebeca, certo dia, escorrega durante a atividade de instrumentação e derruba a mesa auxiliar de instrumentação, caindo alguns objetos na área cirúrgica. O acidente ocasionou danos graves no paciente, com sequela cicatricial não esperada ao tipo de procedimento a que se submetia.

Neste caso, é possível dizer que a conduta de Rebeca, que implicou no resultado lesivo ao paciente, foi praticada com

- A) dolo eventual.
- B) culpa inconsciente, na modalidade imperícia.
- C) culpa inconsciente, na modalidade imprudência.
- D) culpa consciente, na modalidade imprudência.
- E) culpa consciente, na modalidade imperícia.

7. Uma pessoa recebe um tiro de revólver e, após encaminhada ao hospital, já em recuperação, vem a falecer por força do desabamento de uma parede de gesso situada em seu leito.

É correto afirmar que o autor do disparo:

- A)** responde pelo resultado, em virtude da teoria da equivalência dos antecedentes causais adotada pelo Código Penal de forma absoluta;
- B)** responde pelo resultado, porque trata-se de uma concausa superveniente relativamente independente;

- C)** responde pelo resultado, porque assim o desejou e acabou obtendo o seu intento, ainda que com a colaboração de uma concausa;
- D)** não responde pelo resultado, porque a concausa superveniente quebra o nexo causal determinante;
- E)** não responde pelo resultado, porque a sua conduta não teve o dolo de resultado implementado.

8. João e Guilherme estavam a bordo de uma lancha, a caminho de uma praia paradisíaca, ocasião em que o marinheiro Jonatan acabou por colidir em uma pedra. Com a lancha afundando, João e Guilherme se jogaram ao mar, momento em que visualizaram um único colete salva-vidas. Após uma breve luta corporal, João conseguiu permanecer com o bem, enquanto Guilherme, desamparado, veio a óbito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João atuou sob o manto do(a):

- A)** exercício regular de um direito, causa de exclusão da culpabilidade;
- B)** inexigibilidade de conduta diversa, causa de exclusão da culpabilidade;

C)legítima defesa, causa de exclusão da culpabilidade;

D)estado de necessidade, causa de justificação;

E)legítima defesa, causa de justificação.

DIREITO PENAL

9. Os crimes de roubo e furto são semelhantes quanto ao fato de

- A)** ambos caracterizarem a subtração de coisa alheia móvel.
- B)** ambos terem como objeto a coisa perdida ou abandonada.
- C)** o próprio dono da coisa poder ser sujeito ativo desses delitos.
- D)** ambos se consumarem sem violência à pessoa.

DIREITO PENAL

10. Segundo o STF, é atípico o furto, em razão da proibição da analogia *in malam partem*, de

A) cabos elétricos.

B) água tratada.

C) energia elétrica.

D) sinal de TV a cabo.

E) animais.

COMANDO
DA MADRUGADA
PENAL & PROCESSUAL PENAL

PMPB

EMMANOEL
THADEU